

Poder Executivo
Secretaria Municipal de Meio Ambiente – COMAM

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 19/02/2020

1 Aos dezenove de fevereiro de dois mil e vinte às treze horas e trinta minutos, o Conselho Municipal do
2 Meio Ambiente do Município de Belo Horizonte – COMAM, reunido no auditório da Secretaria Municipal de
3 Meio Ambiente, localizado na Avenida Afonso Pena, nº 342, 10º andar, Centro, Belo Horizonte/MG, no
4 pleno exercício das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4.253, de 04 de dezembro de
5 1985, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 5.893, de 16 de março de 1988, na Lei Municipal nº 7.277,
6 de 17 de janeiro de 1997, na Lei Municipal nº 7.166, de 27 de agosto de 1996 e suas alterações no
7 Decreto Municipal nº 5.362 de 04 de junho de 1986 e no Decreto Municipal 14.292 de 23 de fevereiro de
8 2011, alterado pelo Decreto Municipal nº 14.368 de 12 de abril de 2011, teve sua Sessão Ordinária
9 declarada aberta pelo Presidente Mário de Lacerda Werneck Neto e dos senhores (as) Conselheiros (as):
10 Pedro Gasparini Barbosa Heller, Nancy Rebouças Julião, Sérgio Augusto Domingues, Paulo Sérgio
11 Campos Gomide, Ronaldo Vasconcellos Novais, Edson Tavares Braga, Cleinis de Faria e Silva, Paulo
12 Freitas de Oliveira, Patrícia de Castro Pretti, Fernando Sérgio Fogli, Márcio Croso Soares, Roberto
13 Maychel Soares da Silveira e dos interessados ou seus representantes dos assuntos constantes na pauta.
14 O Presidente Mário de Lacerda Werneck Neto abriu a sessão e passou a análise da pauta, conforme
15 publicação no Diário Oficial do Município – DOM de 12 de fevereiro de 2019. **1) Assuntos Preliminares.**
16 Sem assuntos a tratar. **1.1) Apresentação: “Mudanças Climáticas: como BH enfrenta a Emergência
17 do Clima” – Dany Silvio Amaral.** Dany Silvio Amaral, Engenheiro da Secretaria de Meio Ambiente,
18 atualmente Gerente de Ações para Sustentabilidade, e Secretário Executivo do Comitê de Mudanças
19 Climáticas, realizou a apresentação sobre as mudanças climáticas e o enfrentamento da alteração do
20 clima. Informou sobre o aquecimento global e como o aumento da temperatura pode impactar nas
21 condições climáticas ao redor do mundo. Destacou que novos conceitos e impactos estão sendo incluídos,
22 de acordo com estudos recentes, tais como ‘Emergência’, tendo que as alterações estão tão aparentes e
23 intensas que podem ser consideradas como emergências; ‘Ondas de calor’ que estão se tornando cada
24 vez mais frequentes, principalmente, nos países temperados, com previsão de aumento em 50 vezes;
25 ‘Incêndios florestais’ com aumento da ocorrência e intensidade causando impactos em áreas maiores; e as
26 ‘Inundações’ estão ocorrendo com mais frequência e maior intensidade. Assim, fez uma contextualização
27 com o atual cenário mundial de acordo com os impactos apresentados. Em seguida, apresentou a atual
28 situação em que Belo Horizonte se encontra e quais foram os impactos na cidade nos últimos dias
29 causados por essas alterações climáticas no mundo e o aquecimento da água do mar. Apresentou quais
30 são os impactos da emissão dos gases de efeito estufa e a distribuição geográfica no Mundo e no Brasil
31 nas regiões que possuem maiores índices de emissão. Com relação a cidade de Belo Horizonte ressaltou
32 os principais impactos com o aumento das temperaturas, sendo eles: Inundações, ondas de calor,
33 aumento de doenças – principalmente dengue – e deslizamento de terra. Assim, apresentou dois principais
34 caminhos para o enfrentamento das mudanças climáticas: mitigação da emissão de gases de efeito estufa
35 e; adaptação da cidade para as alterações climáticas. Mostrou como a cidade de Belo Horizonte vem
36 enfrentando tal situação ao longo dos anos e se adaptando a este desafio, com isso, ressaltou a
37 importância do Conselho Municipal de Mudanças Climáticas e Ecoeficiência em Belo Horizonte, que
38 promove discussões e a busca de soluções para a cidade, e a criação da Política Municipal de Mitigação
39 dos Efeitos da Mudança Climática, Lei nº 10.175/2011. Apresentou os principais índices de emissão de
40 gases do efeito estufa, além das principais ferramentas que estão sendo utilizados para o planejamento
41 ambiental de Belo Horizonte para alcançar as metas estipuladas objetivando a redução das emissões, tais
42 como os levantamentos realizados desde 2000 pelos Inventários de Mudança Climática e suas principais
43 ações executadas, o Plano de Redução de Emissão de Gases e o Estudo de Vulnerabilidade Climática.
44 Apresentou os principais parceiros e projetos que possuem ações voltadas para tentar ajudar a cidade a
45 buscar políticas de carbono zero e redução de emissões, sendo eles o parceiro *Local Governments for
46 Sustainability* (ICLEI), e os projetos Biofábrica, Selo BH Sustentável, *Interact Bio, Urban Leds*. Ressaltou a
47 importância de revisão da Lei Municipal para adaptação da cidade diante dos novos estudos e a criação de
48 um Plano de Comunicação Climática para ampliação das discussões técnicas dentro do município e
49 acesso as informações pela sociedade. Apresentou as características do Plano de Adaptação de
50 Mudanças Climáticas, que está sendo contratado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, ressaltou
51 que esse plano será mais uma ferramenta para que a cidade se organize e seja uma vanguarda nessa

52 projeção futura. Ressaltou a importância do desenvolvimento dos projetos e parcerias, então já existem as
53 soluções, já existem as ações, o que resta fazer é agir e mudar para conseguir enfrentar essa situação em
54 que todos estão vivenciando no planeta e em Belo Horizonte. Em seguida o Presidente sugeriu que a
55 apresentação realizada pelo Dany Silvio Amaral sobre as Mudanças Climáticas: como BH enfrenta a
56 Emergência do Clima fosse enviada para o Prefeito de Belo Horizonte e, posteriormente, para as escolas
57 para que essas informações sejam de conhecimento dos professores, alunos e pela comunidade. Dando
58 continuidade, o Presidente abriu a pauta para discussão dos Conselheiros que apresentaram suas
59 contribuições com informações e opiniões sobre a importância de desenvolvimento de projetos e ações, a
60 busca de ferramentas e estudos, e, principalmente, envolvimento dos principais instituições e órgãos
61 estaduais e municipais, além da participação efetiva da população, na busca dos melhores recursos para
62 que a cidade e a sociedade sofra menos com os impactos das mudanças climáticas. Houve a participação
63 dos Conselheiros Sérgio Augusto Domingues, Ronaldo Vasconcellos Novais e Paulo Sérgio Campos
64 Gomide. **2) Aprovação da ata da reunião do COMAM do dia 29/01/2020.** O Presidente abriu a pauta
65 para discussão. Havendo acordo e não havendo mais discussões, o Presidente iniciou a votação para
66 aprovação da referida ata da reunião COMAM realizada em 29 de janeiro de 2020, assim foi aprovado por
67 11 (onze) votos favoráveis dos Conselheiros (as): Cleinis de Faria e Silva, Fernando Sérgio Fogli, Nancy
68 Rebouças Julião, Patrícia de Castro Pretti, Paulo Freitas de Oliveira, Paulo Sérgio Campos Gomide, Pedro
69 Gasparini Barbosa Heller, Roberto Maychel Soares da Silveira, Ronaldo Vasconcellos Novais, Sérgio
70 Augusto Domingues e do Presidente Mário de Lacerda Werneck Neto. Nesses termos foi APROVADA. **3)**
71 **Processos Administrativos para análise de solicitação de supressão de espécimes arbóreos ipê-**
72 **amarelo, em atendimento à Lei Estadual nº 9.743, de 15/12/1988.** 3.1) Número do processo: 01-
73 001.778/20-80 – Interessado: Wamerson Richard Pereira – Empreendimento/Atividade: Supressão em
74 área privada – Localização: Rua Líbia, nº 39, Bairro Gloria, Regional Noroeste – Relator: Sérgio Augusto.
75 O Presidente passou a palavra para o relator, que após a leitura do relato, concluiu: “Análise: A análise foi
76 feita com base no Parecer Técnico DGEA 0223/20 e com a observância da Lei Estadual Nº 9743/88.
77 Conclusão e Voto: Voto pelo deferimento das supressões dos espécimes, conforme tabela, mediante
78 execução das respectivas reposições estabelecidas.” Havendo acordo e não havendo discussões, o
79 Presidente iniciou a votação e o relatório foi aprovado por 11 (onze) votos favoráveis dos Conselheiros
80 (as): Cleinis de Faria e Silva, Fernando Sérgio Fogli, Nancy Rebouças Julião, Patrícia de Castro Pretti,
81 Paulo Freitas de Oliveira, Paulo Sérgio Campos Gomide, Pedro Gasparini Barbosa Heller, Roberto
82 Maychel Soares da Silveira, Ronaldo Vasconcellos Novais, Sérgio Augusto Domingues e do Presidente
83 Mário de Lacerda Werneck Neto. Nesses termos foi CONCEDIDA a autorização para supressão com
84 compensação. 3.2) Número do processo: 01-126.040/19-06 – Interessado: Darcy José Martins –
85 Empreendimento/Atividade: Supressão em área privada – Localização: Rua São João Nepomuceno, nº
86 137, Bairro Santo Antônio, Regional Centro-Sul – Relator: Sérgio Augusto. O Presidente passou a palavra
87 para o relator, que após a leitura do relato, concluiu: “Análise: A análise foi feita com base no Parecer
88 Técnico DGEA 0115/20 e com a observância da Lei Estadual Nº 9743/88. Conclusão e Voto: Voto pelo
89 deferimento das supressões dos espécimes, conforme tabela, mediante execução das respectivas
90 reposições estabelecidas.” Havendo acordo e não havendo discussões, o Presidente iniciou a votação e o
91 relatório foi aprovado por 11 (onze) votos favoráveis dos Conselheiros (as): Cleinis de Faria e Silva,
92 Fernando Sérgio Fogli, Nancy Rebouças Julião, Patrícia de Castro Pretti, Paulo Freitas de Oliveira, Paulo
93 Sérgio Campos Gomide, Pedro Gasparini Barbosa Heller, Roberto Maychel Soares da Silveira, Ronaldo
94 Vasconcellos Novais, Sérgio Augusto Domingues e do Presidente Mário de Lacerda Werneck Neto.
95 Nesses termos foi CONCEDIDA a autorização para supressão com compensação. 3.3) Número da
96 solicitação: 1434/19 – Interessado: Companhia de Saneamento de Minas Gerais –
97 Empreendimento/Atividade: Supressão em área privada – Localização: Rua Sebastião Botelho
98 Nepomuceno, nº 115, Bairro Belvedere, Regional Centro Sul. Havendo acordo e não havendo discussões,
99 o Presidente iniciou a votação e o processo foi aprovado por 11 (onze) votos favoráveis dos Conselheiros
100 (as): Cleinis de Faria e Silva, Fernando Sérgio Fogli, Nancy Rebouças Julião, Patrícia de Castro Pretti,
101 Paulo Freitas de Oliveira, Paulo Sérgio Campos Gomide, Pedro Gasparini Barbosa Heller, Roberto
102 Maychel Soares da Silveira, Ronaldo Vasconcellos Novais, Sérgio Augusto Domingues e do Presidente
103 Mário de Lacerda Werneck Neto. Nesses termos foi CONCEDIDA a autorização para supressão com
104 compensação. 3.4) Número da solicitação: 0021/20 – Interessado: Márcio Luiz Bunte de Carvalho –
105 Empreendimento/Atividade: Supressão em área privada – Localização: Rua Estanislau Fernandes, nº 900,
106 Bairro Ouro Preto, Regional Pampulha. Havendo acordo e não havendo discussões, o Presidente iniciou a
107 votação e o processo foi aprovado por 11 (onze) votos favoráveis dos Conselheiros (as): Cleinis de Faria e
108 Silva, Fernando Sérgio Fogli, Nancy Rebouças Julião, Patrícia de Castro Pretti, Paulo Freitas de Oliveira,

109 Paulo Sérgio Campos Gomide, Pedro Gasparini Barbosa Heller, Roberto Maychel Soares da Silveira,
110 Ronaldo Vasconcellos Novais, Sérgio Augusto Domingues e do Presidente Mário de Lacerda Werneck
111 Neto. Nesses termos foi CONCEDIDA a autorização para supressão com compensação. **4) Processo**
112 **Administrativo para Análise de intervenção em ZPAM/APP/ZP1.** 4.1) Número do processo: 01-
113 166407/16-81 – Interessado: Dávila Arquitetura e Engenharia Ltda. – Residencial Trevo –
114 Empreendimento/Atividade: Intervenção em APP – Drenagem – Localização: Avenida Francisco Negrão
115 de Lima, s/nº, Bairro Trevo, Regional Pampulha. Havendo acordo e não havendo discussões, o Presidente
116 iniciou a votação e o processo foi aprovado por 11 (onze) votos favoráveis dos Conselheiros (as): Cleinis
117 de Faria e Silva, Fernando Sérgio Fogli, Nancy Rebouças Julião, Patrícia de Castro Pretti, Paulo Freitas de
118 Oliveira, Paulo Sérgio Campos Gomide, Pedro Gasparini Barbosa Heller, Roberto Maychel Soares da
119 Silveira, Ronaldo Vasconcellos Novais, Sérgio Augusto Domingues e do Presidente Mário de Lacerda
120 Werneck Neto. Nesses termos foi CONCEDIDA autorização para intervenção em APP com condicionantes
121 e diretrizes. 4.2) Número do processo: 01-129419/19-04 – Interessado: Igreja Evangélica Jesus Cristo é o
122 Senhor do Bairro Canaã – Empreendimento/Atividade: Regularização de intervenção em APP –
123 Localização: Rua Aloisio Aragão Villar, nº 315 (Compl.: Lote 013, Quadra 038), Bairro Trevo, Regional
124 Pampulha. Havendo acordo e não havendo discussões, o Presidente iniciou a votação e o processo foi
125 aprovado por 11 (onze) votos favoráveis dos Conselheiros (as): Cleinis de Faria e Silva, Fernando Sérgio
126 Fogli, Nancy Rebouças Julião, Patrícia de Castro Pretti, Paulo Freitas de Oliveira, Paulo Sérgio Campos
127 Gomide, Pedro Gasparini Barbosa Heller, Roberto Maychel Soares da Silveira, Ronaldo Vasconcellos
128 Novais, Sérgio Augusto Domingues e do Presidente Mário de Lacerda Werneck Neto. Nesses termos foi
129 CONCEDIDA autorização de regularização em APP com diretriz e medida compensatória. 4.3) Número do
130 processo: 01.047.986/19-91 – Interessado: Tancredo da Costa Machado – Empreendimento/Atividade:
131 Regularização de intervenção em APP – Localização: Rua Dina Paula da Silva, nº 89, (Zona Fiscal 899,
132 Quarteirão 002, Lote 012), Bairro Conjunto Habitacional Marilene, Regional Pampulha. Havendo acordo e
133 não havendo discussões, o Presidente iniciou a votação e o processo foi aprovado por 11 (onze) votos
134 favoráveis dos Conselheiros (as): Cleinis de Faria e Silva, Fernando Sérgio Fogli, Nancy Rebouças Julião,
135 Patrícia de Castro Pretti, Paulo Freitas de Oliveira, Paulo Sérgio Campos Gomide, Pedro Gasparini
136 Barbosa Heller, Roberto Maychel Soares da Silveira, Ronaldo Vasconcellos Novais, Sérgio Augusto
137 Domingues e do Presidente Mário de Lacerda Werneck Neto. Nesses termos foi CONCEDIDA autorização
138 de regularização em APP com condicionantes e medida compensatória. 4.4) Número do processo: 01-
139 085.850/06-10 – Interessado: Aethra Componentes Automotivos – Empreendimento/Atividade:
140 Regularização de intervenção em APP – Localização: Rua Lambda, nº 171 (lotes 1 a 28 do quarteirão 10),
141 Bairro Caiçaras, Regional Noroeste. Havendo acordo e não havendo discussões, o Presidente iniciou a
142 votação e o processo foi aprovado por 11 (onze) votos favoráveis dos Conselheiros (as): Cleinis de Faria e
143 Silva, Fernando Sérgio Fogli, Nancy Rebouças Julião, Patrícia de Castro Pretti, Paulo Freitas de Oliveira,
144 Paulo Sérgio Campos Gomide, Pedro Gasparini Barbosa Heller, Roberto Maychel Soares da Silveira,
145 Ronaldo Vasconcellos Novais, Sérgio Augusto Domingues e do Presidente Mário de Lacerda Werneck
146 Neto. Nesses termos foi CONCEDIDA autorização de regularização em APP com diretriz. 4.5) Número do
147 processo: 01-098.944/19-19 – Interessado: Estevão Lucchessi de Carvalho – Empreendimento/Atividade:
148 Regularização de intervenção em APP – Localização: Rua Arrudas, nº 145 (Compl.: lote 013 e 014), Bairro
149 Santa Lúcia, Regional Centro Sul. RETIRADO DE PAUTA. 4.6) Número do processo: 01-173.081/18-38 –
150 Interessado: Raiane Brito Valenzuela – Empreendimento/Atividade: Regularização de intervenção em APP
151 – Localização: Rua Delfin Vieira Coelho, nº 172, Bairro Califórnia, Regional Noroeste. Havendo acordo e
152 não havendo discussões, o Presidente iniciou a votação e o processo foi aprovado por 11 (onze) votos
153 favoráveis dos Conselheiros (as):

154 Cleinis de Faria e Silva, Fernando Sérgio Fogli, Nancy Rebouças Julião, Patrícia de Castro Pretti, Paulo
155 Freitas de Oliveira, Paulo Sérgio Campos Gomide, Pedro Gasparini Barbosa Heller, Roberto Maychel
156 Soares da Silveira, Ronaldo Vasconcellos Novais, Sérgio Augusto Domingues e do Presidente Mário de
157 Lacerda Werneck Neto. Nesses termos foi CONCEDIDA autorização de regularização em APP com
158 medida compensatória. 4.7) Número do processo: 01-015.728/20-80 (Sol. 01710/20) – Interessado: Agro
159 Pastoril das Poções Ltda. – Empreendimento/Atividade: Autorização de intervenção em APP –
160 Localização: Rua Maria de José Jesus, nº 20, Bairro Camargos, Regional Oeste. O presidente passou a
161 palavra para Rúthelis, Gerente da GELIN/SMMA que fez a apresentação da localização e das
162 características do empreendimento/atividade. Apresentou as principais diretrizes propostas no Parecer
163 Técnico da SMMA, caso o processo seja aprovado pelo Conselho. O Conselheiro Paulo Sérgio Campos
164 Gomide questionou sobre a construção do imóvel ocupar a mancha de inundação do rio, ressaltou que há

165 possibilidade de incursão da construção na área de cheia do rio futuramente, tendo em vista a previsão
166 dos crescentes índices de volume de chuva para os próximos anos e a preservação da mata ciliar. O
167 empreendedor informou que o leito do rio possui uma depressão de aproximadamente 5 metros de
168 profundidade e o empreendimento vai ser construído a uma distância de 5 metros da margem da
169 depressão e complementou informando que por se tratar de uma rua em declive o imóvel não ficará em
170 terreno natural, assim, o primeiro piso será construído em cima de pilares de aproximadamente 2 metros
171 para ter acesso ao nível da rua, tendo uma distância aproximada de 7 metros de altura do leito do rio.
172 Dando continuidade, o Conselheiro Sérgio Augusto Domingues fez a seguinte sugestão: Sempre que
173 possível, que a SMMA estimule, através de condicionante, os empreendimentos sempre que estiverem em
174 áreas adjacentes a outras matas preservadas e que não são complexas que os empreendedores
175 proponham estratégias de conectividade e a criação de possibilidades de conexão entre as áreas verdes.
176 Havendo acordo e não havendo discussões, o Presidente iniciou a votação e o processo com a proposta
177 do Conselheiro Sérgio Augusto Domingues foi aprovado por 09 (nove) votos favoráveis dos Conselheiros
178 (as): Cleinis de Faria e Silva, Fernando Sérgio Fogli, Nancy Rebouças Julião, Patrícia de Castro Pretti,
179 Pedro Gasparini Barbosa Heller, Roberto Maychel Soares da Silveira, Ronaldo Vasconcellos Novais,
180 Sérgio Augusto Domingues e do Presidente Mário de Lacerda Werneck Neto e 02 (duas) abstenções dos
181 Conselheiros Paulo Freitas de Oliveira e Paulo Sérgio Campos Gomide. Nesses termos foi CONCEDIDA
182 autorização para intervenção em APP com diretrizes. 4.8) Número do processo: 01-128886/19-44 –
183 Interessado: Lanna Valle Engenharia e Construções Ltda. – Empreendimento/Atividade: Intervenção em
184 APP - Edificação Mista – Localização: Rua Senador Lima Guimaraes, s/nº (Compl.: Lote 014 Q 031),
185 Bairro Estoril, Regional Oeste. Retorno de vistas solicitada pelo Conselheiro Paulo Gomide. O Presidente
186 passou a palavra para o relator, que após a leitura do relato, concluiu: “Considerando as informações das
187 Secretarias Municipal de Política Urbana e de Meio ambiente, de que o caso em pauta deve ser analisado
188 à luz lei 7.166 e o parecer da assessoria jurídica da SMMA, considerando passível de autorização para
189 intervenção; considerando os esclarecimentos e manifestações da MYR Projetos Sustentáveis, manifesto-
190 me favorável a intervenção em APP hídrica, observando, além das condicionantes já postas, incluir: -
191 Implantação da caixa de captação/drenagem com capacidade entorno de 10 mil litros, a fim de contribuir
192 para a maior taxa de permeabilidade e a necessidade do local e ambiental. Cabe lembrar que poucos
193 metros abaixo deste terreno temos efetiva inundação em períodos chuvosos, conforme foi fartamente
194 mostrado pela mídia. - Que os 70% do lote seja mantido em terreno natural, para cumprir a taxa de
195 permeabilidade, porém que seja mantido vegetado com espécimes nativas e protegido. Importante deixar
196 bem claro que todo esgotamento sanitário e água servidas, oriundas do empreendimento, serão destinadas à
197 rede pública, inclusive os provenientes da parte edificada no subsolo, garagens e lojas.” Em seguida, o
198 Conselheiro Paulo Sérgio Campos Gomide complementou sugerindo a inclusão da seguinte condicionante:
199 Assinar Termo de Compromisso junto à Fundação para implementação de projetos de recuperação de
200 APP em áreas de unidade de conservação do entorno. Justificativa: Considerando que na região próxima
201 ao empreendimento há um parque abandonado que pode ser beneficiado com a medida compensatória,
202 de forma que essas áreas, quanto mais próximas da área impactada, sejam beneficiadas. Havendo acordo
203 e não havendo discussões, o Presidente iniciou a votação e o relatório foi aprovado por 11 (onze) votos
204 favoráveis dos Conselheiros (as): Cleinis de Faria e Silva, Fernando Sérgio Fogli, Nancy Rebouças Julião,
205 Patrícia de Castro Pretti, Paulo Freitas de Oliveira, Paulo Sérgio Campos Gomide, Pedro Gasparini
206 Barbosa Heller, Roberto Maychel Soares da Silveira, Ronaldo Vasconcellos Novais, Sérgio Augusto
207 Domingues e do Presidente Mário de Lacerda Werneck Neto. Nesses termos foi CONCEDIDA autorização
208 para intervenção em APP com condicionantes, diretrizes e medida compensatória. **5) Processos**
209 **Administrativos para análise de solicitação de prorrogação de prazo de Licença Prévia.** 5.1) Número
210 do processo: 01-102630/16-82 – Interessado: Rio Verde Empreendimentos Imobiliários Ltda. –
211 Empreendimento/Atividade: Residencial e Comercial – Clube do Churrasqueiro – Localização: Avenida
212 Presidente Tancredo Neves, nº 2510, Bairro Paquetá, Regional Pampulha. Havendo acordo e não
213 havendo discussões, o Presidente iniciou a votação e o processo foi aprovado por 11 (onze) votos
214 favoráveis dos Conselheiros (as): Cleinis de Faria e Silva, Fernando Sérgio Fogli, Nancy Rebouças Julião,
215 Patrícia de Castro Pretti, Paulo Freitas de Oliveira, Paulo Sérgio Campos Gomide, Pedro Gasparini
216 Barbosa Heller, Roberto Maychel Soares da Silveira, Ronaldo Vasconcellos Novais, Sérgio Augusto
217 Domingues e do Presidente Mário de Lacerda Werneck Neto. Nesses termos foi CONCEDIDA a
218 Prorrogação de prazo da Licença Prévia nº 0129/18 pelo prazo de 3 (três) anos. **6) Processos**
219 **Administrativos para Análise de Renovação de Licença de Operação.** 6.1) Número do processo: 01-
220 058169/01-49 – Interessado: Coletur Coletivos Urbanos Sociedade Ltda. – Empreendimento/Atividade:
221 Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com abastecimento de combustíveis e manutenção –

222 Localização: Rua José Alves de Souza, nº 359 (Lotes 16, 17, 17A, 18, 18A, 19, 21 a 28 do quarteirão 68),
223 Bairro Santa Terezinha, Regional Pampulha. O Presidente passou a palavra para o Conselheiro Ronaldo
224 Vasconcellos Novais, que fez a seguinte proposta: Inclusão de uma condicionante sendo ela: Instalação de
225 um bicicletário. Prazo: Até 31 de dezembro de 2020, Justificativa: Inclusão de um local para que os
226 motoristas, trocadores, e agentes administrativos dessa empresa pudessem alocar suas bicicletas.
227 Havendo acordo e não havendo discussões, o Presidente iniciou a votação e o processo com a proposta
228 do Conselheiro Ronaldo Vasconcellos Novais foi aprovado por 12 (doze) votos favoráveis dos
229 Conselheiros (as): Cleinis de Faria e Silva, Fernando Sérgio Fogli, Nancy Rebouças Julião, Patrícia de
230 Castro Pretti, Paulo Freitas de Oliveira, Paulo Sérgio Campos Gomide, Pedro Gasparini Barbosa Heller,
231 Roberto Maychel Soares da Silveira, Ronaldo Vasconcellos Novais, Sérgio Augusto Domingues e do
232 Presidente Mário de Lacerda Werneck Neto. Nesses termos foi CONCEDIDA renovação da Licença de
233 Operação com condicionantes e validade de 10 anos. 6.2) Número do processo: 01-138348/05-53 –
234 Interessado: Superintendência de Limpeza Urbana – SLU – Empreendimento/Atividade: Central de
235 Tratamento de Resíduos Sólidos da BR 040 – Usina de Compostagem de Resíduos Orgânicos –
236 Localização: BR 040, Km 531, Bairro Califórnia, Regional Noroeste. Havendo acordo e não havendo
237 discussões, o Presidente iniciou a votação e o processo foi aprovado por 10 (dez) votos favoráveis dos
238 Conselheiros (as): Cleinis de Faria e Silva, Fernando Sérgio Fogli, Nancy Rebouças Julião, Patrícia de
239 Castro Pretti, Paulo Freitas de Oliveira, Paulo Sérgio Campos Gomide, Roberto Maychel Soares da
240 Silveira, Ronaldo Vasconcellos Novais, Sérgio Augusto Domingues e do Presidente Mário de Lacerda
241 Werneck Neto. E 01 (uma) abstenção do Conselheiro Pedro Gasparini Barbosa Heller. Nesses termos foi
242 CONCEDIDA renovação da Licença DE Operação, com condicionantes e validade de 10 anos. 7)
243 **Assuntos Gerais.** O Presidente informou aos Conselheiros que há um grupo de trabalho composto pela
244 Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), a Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais e
245 Comunicação Social (SMAICS), Secretaria Municipal de Política Urbana (SMPU), Secretaria Municipal de
246 Planejamento, Orçamento e Gestão (SMPOG), em parceria com a Fundação de Parques Municipais e
247 Zoobotânica de Belo Horizonte (FPMZB) para desenvolvimento de um projeto objetivando o plantio de 50
248 mil árvores até o final do ano na cidade de Belo Horizonte. Posteriormente, o Conselheiro Sérgio Augusto
249 Domingues entregou aos Conselheiros o livro ilustrado, confeccionado através do recurso disponibilizado
250 no ano anterior pelo Fundo Municipal do Meio Ambiente (FMMA) e ratificado pelo COMAM, no qual
251 apresenta as principais orientações para os professores elaborarem visitas técnicas no Zoológico e no
252 Jardim Botânico. Em seguida, o Conselheiro Edson Tavares Braga sugeriu que o COMAM comece a
253 pensar e discutir em fazer delegação da supressão de Mata Atlântica para o município de Belo Horizonte,
254 considerando que os impactos ocorrerão dentro do município, assim, nada melhor do que discutir a própria
255 compensação ambiental também da Mata Atlântica e das áreas de 2 para 1, conforme a Lei Federal.
256 Dando continuidade, o Presidente passou a palavra para o Doutor Marcelo Augusto Lucas Pereira, Juiz da
257 Vara de Execuções Penais do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que apresentou o Processo
258 Revitalizar. O Doutor Marcelo Augusto informou que o projeto Revitalizar é um dos maiores projetos que
259 foi constituído ao longo dos anos, a título de construção de política criminal. Ressaltou que foi um projeto
260 iniciado pelos juizes que passaram pela vara, agora por último o Doutor Luiz Carlos, da Vara de Execução
261 Penal, em parceria com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte em diversos projetos, incluindo o
262 Revitalizar. Salientou que em Belo Horizonte há aproximadamente 7 mil pessoas cumprindo pena
263 alternativa e o objetivo do TJMG é fiscalizar o cumprimento da pena e a reinserção social de forma digna
264 respeitando o ser humano. Ressaltou que há a busca de parcerias, não somente na área de meio
265 ambiente, pois desenvolvem incessantemente o que chamam de ‘Excelência do tratamento penal’, no qual
266 há o acolhimento e a oitiva dos envolvidos sendo realizada pelo serviço social e psicólogos. Assim há uma
267 expectativa de que se possa caminhar em uma trilha produtiva e inclusive com o incremento das parcerias.
268 Na oportunidade, convidou a todos a visitarem a instituição e conhecer de perto os trabalhos que são
269 desenvolvidos pela Vara de Execução Penal. Em seguida o Presidente passou a palavra para Adriana
270 Bicalho, Coordenadora do Setor de Fiscalização de Penas Substitutivas do TJMG, no qual informou que o
271 Projeto Revitalizar iniciou através de uma interface do Tribunal de Justiça de Minas Gerais com a
272 Fundação de Parque e Zoobotânica, contando com a parceria da Associação Voluntários para o Serviço
273 Internacional - Brasil (AVSI-Brasil), ONG Internacional representada pela psicóloga Tatiana, no qual a
274 ONG atua como uma intermediadora entre o sentenciado e a Fundação de Parques. Reforçou que o
275 projeto Revitalizar é aplicável às pessoas que cometeram delitos de menor potencial ofensivo com pena de
276 até 4 anos e que precisam de uma alternativa penal ao encarceramento. Assim, o projeto visa inserir os
277 sentenciados em atividades para revitalização dos parques e da cidade de Belo Horizonte, além da
278 realização de cursos profissionalizantes nas áreas de jardinagem e arborização. Ressaltou que o contato

279 com a natureza, a interação com funcionários e entre si, e a forma de tratamento que se é dada aos
280 sentenciados, está sendo de grande importância para redução dos índices de reincidência dos
281 participantes do projeto Revitalizar e, principalmente, o aumento da ressocialização desses indivíduos.
282 Apresentou os principais critérios para seleção dos participantes junto à AVSI. Ressaltou os benefícios que
283 a participação no projeto traz para os apenados. Expôs as etapas de funcionamento do projeto e como
284 funciona o processo de contabilização das penas. Apresentou os principais benefícios do projeto e
285 apontou, quantitativamente, as principais ações executadas, totalizando 67 mil horas de cumprimento de
286 penas. Concluiu que a proposta do Revitalizar é fortalecer o indivíduo, é empoderar e resgatar os
287 sentenciados enquanto sujeito, salientou que o trabalho não é só com o indivíduo, mas com toda a rede
288 que o envolve proporcionando benefícios não somente para uma pessoa, mas para toda a sociedade civil
289 através da ressocialização desse indivíduo. O Conselheiro Sérgio Augusto Domingues complementou
290 ressaltando que o projeto também age como uma ferramenta de disseminação de conhecimento para
291 manutenção e conservação da cidade, como, por exemplo, prevenção de incêndios, pois os participantes
292 atuam como agentes que disseminam a cultura em prol do meio ambiente, considerando o conhecimento
293 adquirido através dos cursos e ações desenvolvidas. Em seguida, o Conselheiro propôs ao Comam, que,
294 mesmo havendo normatização própria, o Conselho delibere para que pequenos recursos de compensação
295 ambiental pudessem ser direcionados para compra dos EPI's para os Brigadistas dos parques,
296 participantes do Projeto Revitalizar, objetivando a continuidade do projeto na cidade de Belo Horizonte. O
297 Presidente sugeriu que os órgãos envolvidos levem até o prefeito de Belo Horizonte a necessidade de
298 divulgação nas principais mídias e meios de comunicação o Projeto Revitalizar e suas principais ações
299 como um Programa Municipal de Assistência ao Apenado para que a população tenha ciência dessas
300 ações. Considerando que o projeto é um exemplo de cidadania que poderia ser aplicado a todo território
301 brasileiro. O Presidente sugeriu que o Conselho deliberasse para envio de uma moção ao Presidente do
302 Tribunal de Justiça, em destaque ao trabalho pelo projeto Revitalizar, com louvores ao ilustre Magistrado
303 em frente à Vara de Execução Penais. Havendo acordo e não havendo discussões, o Presidente iniciou a
304 votação e o moção foi aprovado por 12 (doze) votos favoráveis dos Conselheiros (as): Cleinis de Faria e
305 Silva, Edson Tavares Braga Fernando Sérgio Fogli, Nancy Rebouças Julião, Patrícia de Castro Pretti,
306 Paulo Freitas de Oliveira, Paulo Sérgio Campos Gomide, Pedro Gasparini Barbosa Heller, Roberto
307 Maychel Soares da Silveira, Ronaldo Vasconcellos Novais, Sérgio Augusto Domingues e do Presidente
308 Mário de Lacerda Werneck Neto. Sem mais assuntos a tratar, o Presidente Mário de Lacerda Werneck
309 Neto deu por encerrada a Reunião Ordinária. A presente ata foi lavrada pela Gerência Executiva do
310 Conselho Municipal do Meio Ambiente e assinada pelos Conselheiros presentes. Belo Horizonte,
311 dezoito de fevereiro de dois mil e vinte.